
O NEGÓCIO CAPITALISTA DA PROSTITUIÇÃO*

Luciana Alterleib*

Nas últimas décadas, o negócio capitalista da prostituição em todas as suas formas não parou de crescer em todo o mundo. A prostituição pode carregar centenas de fisionomias diferentes, o que às vezes obscurece ou dificulta sua identificação, consideramos então como parte da prostituição qualquer ação por meio de quem obtém acesso sexual ao corpo de uma pessoa em troca de dinheiro, bem ou qualquer outro meio de pagamento. Nesse sentido, inclui o casamento forçado, a venda de esposas por correio, a pornografia, o *strip-tease*, o *streaming* de vídeo, os vídeos sob demanda e, obviamente, a prostituição de rua, em bordéis, em departamentos privados e o tráfico humano

* Traduzido por Nildo Viana.

* Luciana Alterleib é professora de História, membro de Judeus pela Palestina.

para exploração sexual. Devemos esclarecer que, apesar do fenômeno da prostituição afetar crianças, pessoas trans e homens, ele é principalmente um problema que afeta mulheres e meninas, pela posição majoritariamente subordinada dessas pessoas nesta sociedade.

O crescimento do negócio da prostituição e do tráfico de pessoas (que se comparam com o tráfico de armas e o narcotráfico, os três principais portos dos negócios criminosos mais lucrativos a nível internacional), ocorreu justamente na atual fase do desastre do capitalismo, no qual este tipo de atividades improdutivas e socialmente destrutivas são levadas adiante pelos mais diversos setores do capital, já que exigem uma inversão reduzida e provam uma grande taxa de lucro. Como sustenta Vanina Biasi em seu artigo “*Trata de personas, el eufemismo da esclavitud capitalista*”:

A queda do sistema de prostituição provocaria o desfinanciamento dos bancos e sua consequente ruptura na cadeia de créditos e de pagamentos, da mesma forma

Movimentos Sociais. Vol. 07 num. 10, 2022.

[2]

que ocorreu com o comércio de armas e o narcotráfico. Para fazer o negócio crescer, o capital incentiva a demanda. Estas ações estão entrelaçadas com o Estado, que lhes provém as leis patronais de acordo, proteção contra a ilegalidade e fomento de suas atividades”¹.

A normalização e naturalização da prostituição são funcionais e ao mesmo tempo necessárias para este crescimento exponencial do negócio, e para melhor fomentá-lo é necessária uma base de aceitação social do mesmo. Como parte deste processo foi produzido, tanto por uma parte do movimento feminino como na escrita acadêmica e até algumas normativas, uma mudança na forma de nomear o fenômeno. O termo prostituição é muito menos utilizado e até é considerado por alguns setores incorretos por levar uma “carga negativa” e/ou por gerar “estigmatização”. Na atualidade, o eufemismo

¹ BIASI, Vanina: “Trata de personas, el eufemismo de la esclavitud capitalista”. *En defensa del marxismo*, N° 55, Buenos Aires, setembro de 2020.

naturalizador mais utilizado é o “trabalho sexual”². Também surgiram outros eufemismos para nomear diferentes aspectos do negócio prostitutivo, como a “indústria do sexo” ou o “turismo sexual”. Estes termos englobam, além disso, diversas atividades relacionadas ao “entretenimento para adultos” (outro eufemismo, sem dúvida) e aquelas atividades relacionadas à prostituição, tanto direta como indiretamente: a hotelaria, os bares, clubes, serviços de transporte e o “turismo sexual” (mais um eufemismo).

Diante deste fenômeno de naturalização e normalização estão, por um lado, aqueles que são abertamente lobistas do negócio capitalista, desde a Organização Internacional do Trabalho, passando por uma variedade de economistas liberais, entre os quais se encontram figuras de peso, tal como Milton Friedman. Mas,

² Não é pouca coisa que na Argentina, apenas no 31º Encontro Nacional de Mulheres, em 2016, foi realizada pela primeira vez uma comissão de debate sobre “trabalho sexual”.

por outro lado, nos encontramos com essas posturas no campo do movimento das mulheres, também representadas por figuras do mesmo peso, como é o caso de Silvia Federici.

A “indústria do sexo”

Em 1998, veio à luz um relatório escrito por Lin Lean Lim, pesquisadora e especialista da Organização Internacional do Trabalho em políticas de emprego, sobre a “indústria do sexo” no sudeste asiático. “O estudo da OIT descreve as forças sociais e econômicas que impulsionam o desenvolvimento da indústria do sexo em quatro países do sudeste asiático: Indonésia, Malásia, Filipinas e Tailândia. Afirma que a prestação de serviços sexuais alcançou as dimensões de um setor comercial pujante, que emprega direta e indiretamente milhões de trabalhadores e fornece uma contribuição significativa para os ingressos nacionais

Movimentos Sociais. Vol. 07 num. 10, 2022.

[5]

dos países da zona”³. O relatório também lamentou que, apesar do volume e da importância econômica da prostituição, o setor carece de regulamentação completa e não se encontra reconhecido como o setor econômico nas estatísticas oficiais, nos planos de desenvolvimento ou nos pressupostos dos governos de praticamente todos os países do mundo. Esses lamentos, ao parecer, foram ouvidos, pelo menos pela União Europeia, que a partir de 2013, através de uma mudança no Sistema Europeu de Contas Nacionais e Regionais, resolveu que “todos os países deveriam apresentar relatórios sobre o quanto contribui para cada economia nacional a venda de drogas, a prostituição e o contrabando”⁴. Esta ação da União Europeia é um exemplo

³ OIT (1998, 10 de outubro) “Un informe de la OIT sobre el sector del sexo recibe un prestigioso premio editorial en la Feria del Libro de Francfort”. OIT. Recuperado de https://www.ilo.org/global/about-the-ilo/newsroom/news/WCMS_008942/lang-es/index.htm#N_1

⁴ REDACCIÓN (2014, 19 de junho) “Noticiero Internacional. Drogas, trata y contrabando al rescate de la Unión Europea”. Prensa Obrera N°1319. Recuperado de: <https://prensaobrera.com/internacionales/noticiero-internacional-4/>

claro do processo de normalização da prostituição como facilitador do crescimento do negócio que foi referenciado anteriormente.

Outra parte muito importante da chamada “indústria do sexo” é a pornografia, uma indústria gigantesca que movimenta milhões de dólares anuais em todo o mundo. Segundo o periódico britânico *The Guardian*, apesar de não ser fácil estimar exatamente quanto dinheiro movimenta, “as estimativas de ingressos reais para os Estados Unidos oscilam entre 9 e 97 milhões de dólares por ano. A última cifra parece excessiva, mas uma estimativa conservadora é de 15 bilhões. Isso não foi tão grande quanto Netflix (11,7 bilhões) e também Hollywood em seu conjunto (11,1 bilhões). Em outras palavras, a pornografia online é enorme”⁵. O negócio é tão grande que nele investem

⁵ NAUGHTON, J. (2018, 30 de dezembro) “The growth of internet porn tells us more about ourselves than technology”. *The Guardian*. Recuperado de <https://www.theguardian.com/commentisfree/2018/dec/30/internet-porn-says-more-about-ourselves-than-technology>

grandes empresas como General Motors e Time Warner. Por sua parte, os cartões de crédito e os bancos também estão muito envolvidos porque é a forma mais comum de pagamento. Em seu livro *La industria de la Vagina*⁶, Sheila Jeffreys afirma que a pornografia provoca nas mulheres os mesmos efeitos físicos na saúde (os quais analisaremos mais adiante) que qualquer outra forma de prostituição. A autora sustenta, além disso, que à medida que a indústria se expande, atinge, cada vez mais, não só mulheres, mas também crianças e meninas de diferentes partes do mundo.

Os clubes de *strip-tease* constituem outro ramo da “indústria do sexo”, que também cresceu rapidamente nas últimas décadas, especialmente na forma de clubes de *lap dance*. Embora na Argentina não sejam muito comuns, estamos muito familiarizados com sua existência através do cinema e da televisão norte-americanos, os quais constantemente os naturalizam e “desestigmatizam”,

⁶ JEFFREYS, Sheila: *La Industria de la Vagina*. Buenos Aires: Paidós, 2011.

mostrando, por exemplo, garotas que, dessa maneira, pagam seus estudos. Os clubes de *strip-tease* também são muitos comuns na maioria dos países da Europa, na Austrália e em várias partes da Ásia. Esta expansão do último período veio junto com uma mudança importante no campo: até a década de 80, esses clubes pagavam às mulheres para que “dançassem”, mas mudou para um mecanismo pelo qual elas deveriam pagar agora ao clube pelo “direito de cenário”; desta forma, seu único pagamento são as propinas dos clientes. Foi assim que surgiram as “danças privadas” ou *lap dances*, que geralmente são realizadas em cabines privadas, deixando as mulheres mais desprotegidas contra ataques e que, além disso, promovem mais possibilidades de contacto íntimo do que antes. Desta forma, não só a atividade se tornou muito mais perigosa e maior contato físico para as mulheres, mas diminuiu sua renda e, ao mesmo tempo, aumentou consideravelmente o lucro dos proprietários.

Movimentos Sociais. Vol. 07 num. 10, 2022.

[9]

O “turismo de prostituição” (mal chamado de “turismo sexual”) também faz parte dessa *indústria* específica, que é uma atividade relativamente recente, já que é um aspecto do desenvolvimento da indústria turística em geral. Filipinas é um exemplo paradigmático de como se desenvolveu a indústria do sexo a partir da infraestrutura armada anteriormente para “serviços sexuais” das bases militares estadunidenses. Nas décadas de 1930 e 1940, o governo japonês sequestrou mulheres da Coreia, da China e de outros países da região que haviam invadido e controlado para serem enviadas aos prostíbulos para “conforto militar”. Depois da Segunda Guerra Mundial, esses prostíbulos foram massificados em todo o sudeste asiático para “o descanso e a recreação” das Forças Armadas estadunidenses. Isso foi a base do que posteriormente seria a enorme “indústria do sexo” naquela zona e que se converteria em parte importante de suas economias. Em ambos os períodos, a intervenção estatal foi fundamental, pois ele não só organizava o sequestro das

Movimentos Sociais. Vol. 07 num. 10, 2022.

[10]

mulheres, mas também administrava os prostíbulos, realizava exames médicos e registro das mulheres. Na atualidade, Filipinas tem pouco mais de 100 milhões de habitantes e a metade vive na pobreza. Pueblo de los Angeles⁷ é uma das cidades do país mais populares para o “turismo sexual”. A especialidade da cidade é “a experiência de noiva”, na qual os homens pagam para que uma mulher seja sua “noiva” por uma noite, um dia, uma semana ou um mês. Em um artigo do periódico *The Guardian*, de 2019, é citado o departamento local de Turismo, segundo o qual “mais de 4,7 milhões de estrangeiros chegam às Filipinas a cada ano. Desses, 1,2 milhão são homens que chegam sozinhos. A maioria são turistas da Coreia, Estados Unidos, China e Austrália”⁸.

⁷ Durante a Guerra do Vietnã, foi sede da Base Aérea de Clark, então a maior instalação militar americana fora dos Estados Unidos.

⁸ SIMONS, M. (2019, 2 de março) ““Do you ever think about me?”: the children sex tourists leave behind”. *The Guardian*. Recuperado de <https://www.theguardian.com/society/2019/mar/02/children-sex-tourists-leave-behind-fathers-visited-philippines>

Por último, a tecnologia das criptomoedas também entrou na “indústria do sexo”. Segundo o diário *La Vanguardia*, da Espanha, a pornografia, os espetáculos de *strippers* e outras ofertas mais controversas, entraram na esfera de influência do *blockchain*. A quantidade e a importância das transações sobre essas atividades são tão altas que resultam tentadoras para quem assegura pagamentos, cobranças anônimas e seguros. Além disso, asseguram que “já existem clubes de *strip-tease* em Las Vegas (Estados Unidos) que se incluíram neste sistema. Todos têm bailarinas que levam códigos QR temporais em seus corpos. Os serviços que prestam aos seus clientes são pagos com dinheiro virtual”⁹.

⁹ MICÓ, J. L. (2019, 21 de setembro) “El ‘blockchain’ se extiende por la industria del sexo”. *La Vanguardia*. Recuperado de: <https://www.lavanguardia.com/tecnologia/20190921/47479140536/s-exo-blockchain-criptomonedas-industria.html>

Quem é que defende a exploração sexual como um trabalho?

Como mostramos no início do artigo, a naturalização e normalização da prostituição provêm de duas vertentes. Por um lado, estão as posturas que se apresentam como “estritamente econômicas” – como as que descrevemos mais acima por parte da OIT – ou as dos economistas liberais, que defendem que os Estados não devem intervir nas transações econômicas. Nas palavras de Milton Friedman, um dos representantes mais cabais do liberalismo econômico: “Se você colocar um comprador disposto [com] um vendedor disposto, depende deles. Você pode argumentar com eles que isso é um absurdo, você pode argumentar com eles que isso é uma coisa ruim, mas não vejo nenhuma justificativa para envolver a polícia nisso”¹⁰.

¹⁰ AMMESON, J. (2006, 1 de junho) “An Interview with Milton Friedman”. *Chicago Life*. Recuperado de: [http://www.chicagolife.net/content/other/An Interview with Milton Friedman](http://www.chicagolife.net/content/other/An%20Interview%20with%20Milton%20Friedman)

Essas posturas, no entanto, diferenciam a prostituição que é chamada de “escolhida” por parte de pessoas maiores de 18 anos, da sofrida por menores de idade. Como bem explica Jeffreys em seu livro, “consideram que a idade limite é a de dezoito anos e que, daí por diante, a prostituição é basicamente uma escolha livre, enquanto que, até o dia anterior ao décimo oitavo ano de idade, é uma atividade física e emocionalmente prejudicial e moralmente repugnante”¹¹. No relatório da OIT, já citado, é mostrado, por exemplo, que em um conjunto de prostíbulos da Indonésia, 10% das garotas em situação de prostituição tinham menos de 17 anos. Porém, das que tinham 17 anos ou mais, 20% começaram a ser exploradas sexualmente antes dessa idade. Por isso não foi possível separar a prostituição infantil do conjunto do negócio da exploração sexual. Tentar fracionar o fenômeno da prostituição para poder adaptá-lo a uma ideia preconcebida do que deveria

¹¹ JEFFREYS, Sheila, op. cit., pág. 181.

ser, constitui-se numa fantasia reacionária, já que, na realidade, a prostituição de menores e maiores de 18 anos ocorre simultaneamente. Defender uma parte leva, inevitavelmente, a defender o conjunto. Observamos que o mesmo ocorre com o tráfico de pessoas.

Por outro lado, existem tais posturas no interior do movimento das mulheres. Uma referência muito importante neste campo é Silvia Federici, quem sustenta: “se eu sou abolicionista, eu sou em relação a todas as formas de exploração do trabalho humano. Isto é para meu objetivo, que não devemos nos vender de nenhuma maneira, que se possa viver em uma sociedade na qual a venda de nosso corpo, coração, cérebro ou vagina, não seja necessária”. A autora, no entanto, nunca explica como “vender o cérebro” seria comparável a “vender a vagina” e ignora todos os riscos que acompanham a atividade da prostituição. Além disso, o seu postulado “contra toda exploração” tem uma lógica estranha, em que a forma de “abolir toda exploração”

Movimentos Sociais. Vol. 07 num. 10, 2022.

[15]

seria beneficiando um negócio que a reforce, como a exploração sexual.

Outra das vozes no campo do movimento das mulheres é a de Virginie Despentes, que em seu recentemente reeditado livro *Teoría King Kong*, fez também uma defesa do “trabalho sexual”, só que a partir de outra vertente: “esta tendência do feminismo, por sua vez, faz parte de um corpus pós-moderno mais amplo chamado “política de identidade”, que se concentra não nas diferenças de classe, mas em formas políticas baseadas em diferenças de etnia, cor, gênero, etc. Baseia-se na consideração de formas “paralelas” de opressão (patriarcado, racismo, etc.), negando que sejam formas de sujeição reproduzidas e aprofundadas pelo regime capitalista. Portanto, estas correntes ignoram não só a importância de forjar a unidade de todos os setores oprimidos da sociedade, mas ignoram principalmente a classe operária como sujeito político. Em suma, esta política não reflete nada mais do que a desmoralização da

Movimentos Sociais. Vol. 07 num. 10, 2022.

[16]

possibilidade de acabar com o capitalismo e todas as formas de opressão”¹².

Tanto Federici como Despentès sustentam que aqueles que caracterizam a prostituição como uma forma extrema de exploração, “vítimizam” as pessoas prostituídas e não lhe reconhecem nenhuma agência*. Sem embargo, a iniciativa das mulheres e o fato de que estão oprimidas não são perguntas contrapostas: que algumas mulheres se dedicam à prostituição como forma de sobrevivência não anula o fato de que foram circunstâncias de opressão, as que as levaram a isso e que a atividade mesma está carregada dessa mesma opressão.

¹² LAYTON, L. (2019, 27 de fevereiro) “Feminismo y posmodernismo: qué hay detrás del libro Teoría King Kong”. *Prensa Obrera*. Recuperado de: <https://prensaobrera.com/cultura/feminismo-y-posmodernismo-que-hay-detras-del-libro-teoria-king-kong/>

* O termo agência foi popularizado a partir do sociólogo inglês Anthony Giddens, ideólogo da “Terceira Via”, no sentido de adaptar sua concepção sociológica ao subjetivismo, o chamado “estruturacionismo”, segundo o qual além da “estrutura”, os sujeitos possuem “agência”, ou seja, liberdade de iniciativa e ação (NT – Nota do Tradutor).

Quem é que pratica a prostituição?

A estreita ligação entre as condições de pobreza e a prostituição é uma das chaves para entender o problema. São as mulheres da classe operária mais empobrecida que majoritariamente exercem esta atividade. Algumas pessoas são obrigadas diretamente através do tráfico de pessoas para exploração sexual e outras indiretamente, quando a prostituição aparece como a única forma de sobrevivência. Também existem muitos estudos que mostram uma estreita relação entre abusos sexuais sofridos na infância e na prostituição¹³.

Na Alemanha, por exemplo, desde que a prostituição foi legalizada por completo (2002), ela passou de um negócio capitalista ilegal para legal, mas muito mais próspero para os proxenetas, sem trazer nenhum benefício

¹³ Um deles é: *Prostitución y Tráfico de Personas en Nueve Países. Un Estudio Reciente sobre Violencia y Trastorno de Estrés Postraumático*, de 2003.

para as pessoas exploradas sexualmente. A situação neste país, como apresentamos em um artigo específico sobre o tema, está muito distante da idealização apresentada por quem defende a legalização: “na atualidade, 65% das prostitutas na Alemanha são estrangeiras, principalmente da Europa Oriental, muitas sequestradas ou manipuladas e obrigadas a se prostituir. Em 2007, graças à incorporação da Romênia e da Bulgária à União Europeia, os proxenetas que introduziram as mulheres desses países do empobrecido Leste Europeu no ‘negócio’ da prostituição podem fazê-lo de forma legal. O incremento da oferta também produziu uma queda nos preços, o que tem como contrapartida um aumento na exploração através de uma maior 'competência' – é dizer, o número de homens por dia com as quais as prostitutas devem ter sexo para poder sobreviver e pagar os impostos ao proxeneta Estado

Movimentos Sociais. Vol. 07 num. 10, 2022.

[19]

alemão”¹⁴. O caso alemão é um claro exemplo de como a legalização não traz nenhum benefício para as mulheres em situação de prostituição.

Além disso, é importante que tenhamos em conta que não podemos analisar o tráfico de pessoas para exploração sexual separada da “indústria do sexo”. Pelo contrário, o tráfico de pessoas encontradas na “indústria do sexo” é seu novo lugar de florescimento e, desta forma, representa hoje uma de suas principais fontes de abastecimento. Silvia Federici, como tantas outras defensoras do “trabalho sexual”, quer sem embargo separar os fenômenos (de maneira semelhante à que analisamos mais acima em relação à prostituição infantil). Em uma entrevista realizada em 2018, a autora afirmou que “não há quem negue que o tráfico exista, mas não se pode pensar que tudo é tráfico e que todas as mulheres que se dedicam ao trabalho sexual

¹⁴ LAYTON, J. (2018, 17 de março) “‘Trabajo sexual’: el caso alemán”. *Prensa Obrera*. Recuperado de: <https://prensaobrero.com/mujer/trabajo-sexual-el-caso-aleman/>

são vítimas”¹⁵. Sem dúvida, nos países onde a prostituição foi legalizada, o tráfico de mulheres para exploração sexual não só não desapareceu, mas foi incrementado. Em seu artigo “O direito e a economia da escravidão sexual internacional: leis sobre a prostituição e o tráfico com fins de exploração sexual”¹⁶[16], Niklas Jakobsson e Andreas Kotsadam sustentam que “o tráfico de pessoas para a exploração sexual comercial é menos frequente nos países onde a prostituição é ilegal, mais frequente nos países onde a prostituição é legalizada e, entre eles, nos países onde a prostituição é legal, mas o proxenetismo é ilegal”. Também cita um relatório da Oficina de Nações Unidas contra a Droga e o Delito (Undoc) de 2006, onde se analisa a

¹⁵ ALABAO, N. (2018, 13 de dezembro) “Silvia Federici: ‘El sexo para las mujeres ha sido siempre un trabajo’”. *La Tinta*. Recuperado de: <https://latinta.com.ar/2018/12/silvia-federici-sexo-pmujeres-siempre-trabajo/>

¹⁶ JAKOBSSON, N.; KOTSADAM, A.: “The Law and Economics of International Sex Slavery: Prostitution Laws and Trafficking for Sexual Exploitation”, *European Journal of Law and Economics*, Junho, 2010.

prevalência do tráfico de pessoas para exploração sexual nos países europeus e entre os países com maior prevalência se encontra na Holanda e Alemanha. É significativo que, com justiça, esses países sejam apresentados muitas vezes como exemplo a seguir para quem deseja legalizar a prostituição. Georgina Orellano, secretária-geral da AMMAR, entrevistada pelo diário *La Nación* em 2019, afirmou estar “convencida de que esta atividade regular diminuirá substancialmente o negócio do tráfico, e colocará como exemplo os casos da Alemanha e Holanda”¹⁷.

Como a prostituição afeta quem a exerce?

A prostituição – seja a de rua, de clubes noturnos, prostíbulos, departamentos privados, em países nos quais têm diferentes status legais (legal, ilegal parcialmente,

¹⁷ BUSCAGLIA, T. S. (2019, 9 de dezembro) “Trabajadoras sexuales: ‘Sin regulación, somos más vulnerables’“. *La Nación*. Recuperado de <https://www.lanacion.com.ar/comunidad/trabajadoras-sexuales-sin-regulacion-somos-mas-vulnerables-nid2314116/>

controlado pelo Estado, totalmente criminosa, etc.) – é sempre uma atividade carregada de violência sobre quem a exerce. Esta violência é tanto verbal quanto física (insultos, maltratos, golpes, violações, etc.) e também tem consequências de vários tipos. Consequências físicas como doenças (tuberculose, HIV, diabetes, câncer, artrite, taquicardia, sífilis, malária, entre outras) e/ou consequências psicológicas (traumas severos, síndrome de estresse pós-traumático, e todos os vários estudos que são semelhantes aos veteranos de guerra¹⁸, etc.) a níveis incomparáveis a qualquer outra atividade, motivo pelo qual e apenas por isso, não pode ser considerado “um trabalho como outro qualquer”.

Jeffreys mostra que há dois tipos de violência física na prostituição: a violação, os golpes e o assassinato por parte dos proxenetas e clientes, e acrescenta a violência cotidiana da penetração não desejada e frequentemente

¹⁸ *Prostitución y Tráfico de Personas en Nueve Países*, op. cit.

dolorosa, pelo qual cobram e recebem seu pagamento. A respeito do segundo aspecto, a autora é implacável em relação à especificidade dessa violência, o que torna impossível que ela considere uma atividade como qualquer outra e enumera para essas suas consequências mais comuns: as vaginas e os anos desgastados, a dor que isso provoca, as infecções de transmissão sexual, os embarços não desejados, os abortos (muitas vezes em condições de insalubridade), a infertilidade, as enfermidades no aparelho reprodutor e, finalmente, os danos psíquicos. Todas essas violências são inerentes ao fenômeno da prostituição, e são mais ou menos regulamentadas, por isso sustentamos que sua legalização como trabalho não seria outra coisa que a legalização dessas violências.

Legalização e punitivismo: que o Estado nos ajude

Os representantes do movimento das mulheres que defendem uma posição de legalização da prostituição,

Movimentos Sociais. Vol. 07 num. 10, 2022.

[24]

embelezam tanto o regime social capitalista quanto os Estados que os sustentam, uma vez que apresentam como possível uma melhoria nas condições de vida das pessoas exploradas sexualmente sem apresentar a necessidade de abolir o capitalismo. Mas, além disso, não veem ou não querem ver, que são esse mesmo regime e seus estados que geram continuamente não só as condições que empurram as mulheres para essa situação, como também a mercantilização da sexualidade em geral.

Mas no campo oposto, o do abolicionismo, nenhuma atenção é dada ao problema da natureza de classe do negócio e tende a concentrar-se apenas num problema de sexo contra sexo, identificando os “homens” em geral como os beneficiários do negócio. Desta forma, não conseguem oferecer uma solução real para o problema.

Entre estas últimas concepções se encontra, por exemplo, a da citada Sheila Jeffreys¹⁹, que sustenta que “o

¹⁹ A abordagem de Jeffreys, embora relacione o fenômeno da prostituição com o capitalismo, apresenta limitações importantes, uma

Movimentos Sociais. Vol. 07 num. 10, 2022.

comportamento masculino que leva à prostituição é uma construção social. É um comportamento aprendido e em sociedades onde é desencorajado ou penalizado é possível reduzi-lo”²⁰. Esta postura, com muito peso no campo do abolicionismo, centra-se na penalização dos “consumidores” da prostituição. É uma variante do histórico punitivismo estatal que persegue e penaliza as mulheres prostituídas, mas invertida. Este punitivismo para os “clientes”, em primeiro lugar, comete o erro de apresentar como equivalentes as responsabilidades dos “consumidores”, dos proxenetas e dos Estados. Os “clientes”, no entanto, não são os beneficiários econômicos do negócio da prostituição, como são os proxenetas

vez que deposita grandes expectativas na ONU (e, portanto, nos Estados que a compõem e no regime social que defendem), para que possam levar a cabo mudanças reais em favor das mulheres. Neste sentido, vê as leis – destinadas a combater – contra o tráfico de pessoas, votadas por vários países na década anterior, como progressistas, afirmando simplesmente que são “insuficientes” e que os governos por vezes atuam como cúmplices do tráfico.

²⁰ JEFFREYS, Sheila, op. cit., pág. 212.

individuais, as redes de tráfico e os Estados. Em segundo lugar, esta posição representa uma tendência que, por um lado, reforça o Estado capitalista, através da sua linha policial e judicial e, por outro lado, suscita nele (tal como a posição regulacionista) uma expectativa, ao pretender que esse Estado em de alguma forma é aquele que reeduca a população. Como bem explica Vanina Biasi – no artigo citado anteriormente sobre o tráfico: “dizer que o Estado é o primeiro proxeneta não é um recurso literário, mas também uma descrição da realidade. A cultura do consumo de prostituição deve ser combatida na sociedade em oposição ao Estado proxeneta, sustentado pelo regime social capitalista que é o responsável pela criação dessa cultura. O resto são instrumentos reacionários que são dados ao maior cafetão, o Estado, para que este possa evitar as suas próprias responsabilidades na matéria”²¹.

²¹ BIASI, Vanina, op. cit.

Hoje, há vários países que adotaram oficialmente uma política de castigo ao “cliente”, é o que se conhece como o modelo sueco ou o modelo nórdico. Este modelo foi adotado pela Suécia em 1999 e foi avançando por diferentes partes do mundo, por países como Islândia, Canadá, África do Sul, Singapura, França, Coreia do Sul, Irlanda do Norte e, mais recentemente, Israel. Se bem este modelo inverte a carga da pena, da pessoa prostituída ao “cliente”, não deixa de ser, como mostramos acima, um reforço da repressão e da perseguição estatal aos cidadãos. Mas a pergunta principal é que este modelo não ataca as raízes do problema: são os Estados capitalistas que adotam esses modelos, os mesmos que geram continuamente as condições socioeconômicas para que cada vez mais mulheres e meninas recorram à prostituição para sobreviver. Mesmo na Suécia, onde, segundo as estatísticas, o modelo punitivo parece ter demonstrado algum sucesso na redução da dimensão do negócio da prostituição e do tráfico de seres humanos, ele continua a existir clandestinamente, uma vez

Movimentos Sociais. Vol. 07 num. 10, 2022.

[28]

que em todo o mundo continuam a existir as condições propícias à prostituição.

O caso da França é demonstrativo do fracasso deste punitivismo. Adotou o modelo em 2016, mas hoje, em 2020, há uma grande preocupação com a propagação da prostituição infantil: “Segundo várias estimativas não oficiais, entre 5.000 e 8.000 menores estariam se prostituindo na França (67 milhões de habitantes) 'por conta própria'. próprio.' ' ou através de redes de proxenetismo, novamente. Alguns especialistas estimam que os números reais sejam muito superiores”²².

Em 2020, Israel juntou-se ao grupo de países que penalizam os “clientes”. Aliza Lavie, representante e signatária do projeto, afirma que a sua intenção “é garantir que Israel se junte a uma frente unida de países avançados, que deixaram claro que a venda de corpos de mulheres

²² QUIÑONERO, J. P. (2020, 25 de setembro) “Crece de manera alarmante la prostitución de menores en Francia”. *ABC*. Recuperado de https://www.abc.es/sociedad/abci-crece-manera-alarmando-prostitucion-menores-francia-202009250157_noticia.html

como mercadoria sexual é inaceitável e acarreta consequências devastadoras para mulheres, homens, crianças e a sociedade como um todo²³. Estas declarações constituem uma enorme hipocrisia, obviamente que não apenas de Israel, mas por parte de todos os Estados que afirmam ter adoptado o modelo de proteção das mulheres, quando na realidade nada mais são do que os garantes deste regime social de opressão das mulheres, não só dentro das fronteiras, mas também nos territórios que eles estão sob sua órbita política e/ou econômica. Esta opressão é a base da desigualdade entre homens e mulheres e o que leva, entre outras coisas, à prostituição. Não será fortalecendo estes Estados e concedendo-lhes mais poder de repressão sobre a população, a forma de acabar com a exploração sexual.

Não podemos, portanto, olhar para estas leis punitivas do “cliente” com quaisquer expectativas nos Estados que as

²³ Traductoras por la abolición de la prostitución.

<https://traductorasparaaboliciondelaprostitucion.weebly.com/blog/israel-avanza-hacia-la-vanguardia-de-los-derechos-de-las-mujeres>

votaram, uma vez que muitos deles também promoveram “leis que se destinam a combater o tráfico, mas não propõem acabar com os negócios que o motivam, tornando as iniciativas legais letra morta na maioria dos casos e uma ficção de abordagem do problema”²⁴. Um exemplo claro é o da ONU, que desde a assinatura em 1949 da “Convenção para a Supressão do Tráfico de Pessoas e da Exploração da Prostituição de Outros”, vem “combatendo” o tráfico e a prostituição e, no entanto, estes não param de aumentar. O mesmo podemos dizer sobre a bateria de leis contra o tráfico que foi votado em muitos países a partir do ano 2000 (inclusive na Argentina).

Por último, e para erradicar toda a expectativa nos Estados burgueses, e seus agrupamentos como a ONU, é necessário conhecer os casos do “corpo da paz” envolvidos no “consumo” da prostituição nos locais onde iam prestar ajuda humanitária. Isto veio à tona na década de 90, quando

²⁴ BIASI, Vanina, *op. cit.*

homens enviados pela ONU, os chamados “guardiões da paz”, se aproveitaram da situação vulnerável de mulheres e meninas deslocadas e separadas das suas famílias e/ou órfãs por diversos conflitos políticos e trocaram sexo por vários meios de sobrevivência, como alimentos, medicamentos e refúgio. Há casos em que esses “guardiões” acabaram ligados ao tráfico de mulheres ou foram os iniciadores do negócio da prostituição no local. Somente em 2003 a ONU estabeleceu regras para “evitar” estas situações. Contudo, o caso do Haiti mostra como estas regras não têm muita utilidade. A intervenção dos Capacetes Azuis neste país começou em 2004 e durou treze anos. As forças de ocupação da ONU eram compostas por tropas do Brasil, Argentina, Uruguai, Chile e Bolívia, entre outros. As denúncias de “troca de mercadorias por sexo” são centenas. O mesmo se aplica ao caso da intervenção na Libéria²⁵.

²⁵ (2015, 12 de junho). “Los cascos azules de las Naciones Unidas cometieron abusos en Haití y Liberia”. *ABC*. Recuperado de: <https://www.abc.es/internacional/20150611/abci-cascos-azules-violaciones-haiti-201506111401.html>

Sem Clientes não há Prostituição?

A questão sobre o que leva os homens deste regime social a consumirem a prostituição é altamente complexa, e não é intenção deste artigo respondê-la exaustivamente. Mas parte da resposta estará do lado da oferta e não do lado da procura. A sexualidade e os corpos tornaram-se um produto, uma mercadoria que é comprada e vendida no mercado de diferentes maneiras. O bombardeio que a classe operária recebe para consumir sexo é constante e é um bombardeio que vem da classe capitalista e de seus Estados, que enchem os bolsos com esse consumo. Não podemos, portanto, esperar que a mesma classe que nos empurra para estas relações humanas degradadas seja aquela que, através do seu próprio Estado, nos pune por tê-las ou nos reeduca para modificá-las.

Evidentemente, o aspecto cultural tem um peso muito importante quando falamos da opressão sob o capitalismo, especialmente das mulheres, e das múltiplas manifestações

Movimentos Sociais. Vol. 07 num. 10, 2022.

[33]

que estão presentes. O cultural é o que funciona como justificação ideológica para uma opressão que é econômica e social, mas que, sem esse apoio cultural, não poderia ser mantida. O problema é acreditar que para acabar com esta opressão só precisamos de uma mudança cultural, só precisamos “reeducar” a sociedade e particularmente os homens. É acreditar que pode haver um questionamento cultural sem questionar as bases materiais da sociedade. Este é, em definitivo, um plano de defesa do capitalismo, porque defende a ideia de que “outro capitalismo é possível”: um capitalismo sem dupla opressão da mulher ou sem patriarcado. Como afirma Luciana Dentati: “A partir de diferentes perspectivas, o feminismo de esquerda sustenta que a opressão das mulheres seria um produto do 'patriarcado', um sistema autónomo pré-existente ao capitalismo, do qual poderia emancipar-se, se quisesse; como se fosse uma mochila velha que ele arrasta irracionalmente e segura apenas porque é útil. Esta ideia tornou-se popular nas fileiras do movimento das mulheres

Movimentos Sociais. Vol. 07 num. 10, 2022.

[34]

e das diversidades nos últimos anos na Argentina com o slogan de que o patriarcado pode “cair” no quadro de uma luta puramente feminista, que pode “derrotar” e emancipar as mulheres, sem a necessidade de uma luta política contra o regime social capitalista”²⁶ Para os socialistas, no entanto, “a superação da opressão das mulheres trabalhadoras está inextricavelmente ligada à luta de classes e à necessidade de uma solução política”. construção de partidos operários revolucionários, que unam a luta pela libertação das mulheres com a conquista do poder pela classe trabalhadora”²⁷.

Dentro da luta de classes, a questão da prostituição não é uma questão que possamos encarar levemente. Em primeiro lugar, devemos ter claro, como afirmamos acima, que “a reeducação da sociedade, particularmente da classe operária, é um recurso necessário e indispensável, mas não

²⁶ DENTATI, Luciana: “Doble opresión en el capitalismo, debates sobre la noción de patriarcado”, *En defensa del marxismo*, N° 55, Buenos Aires, setembro de 2020.

²⁷ DENTATI, Luciana, op. cit.

pode ser delegada ao mesmo Estado, que educa em princípios classistas, sexistas, misóginos e racistas”²⁸. Ora, essa reeducação não só não vai ser feita pelo Estado cafetão, como também não é algo que um Estado com outras características possa fazer da noite para o dia. Tanto Trotsky como Lenin tinham muito claro que este trabalho, mesmo com as rédeas do Estado nas mãos da classe operária, poderia levar dezenas de anos, e que esses anos seriam cheios de contradições, como Trotsky analisou em 1923: “É na vida quotidiana que se percebe melhor até que ponto o indivíduo é produto e não criador das suas condições de vida”²⁹. A Revolução Russa foi, no entanto, a tentativa mais profunda na história da humanidade para acabar com a opressão das mulheres, com a sua expressão máxima como a prostituição e, em última análise, com todas as formas de exploração humana.

²⁸ BIASI, Vanina, op.cit.

²⁹ TROTSKY, León. *Problemas de la vida cotidiana*, Edicions Internacionals Sedov. Série “Trotsky inédito”, 2ª edición (com um anexo), Valencia, 2015.

As medidas sociais mais importantes tomadas nos primeiros anos da revolução em favor das mulheres foram contempladas no Código Soviético sobre Casamento, Família e Tutela, de 1918. Este código eliminou séculos de leis de propriedade e privilégios masculinos e, desta forma, tornou-se a legislação familiar mais progressista do mundo. Os revolucionários deixaram bem claro que estas leis constituíam apenas um primeiro passo para a emancipação da humanidade em geral e das mulheres em particular. Contudo, nenhuma outra república burguesa, mesmo a mais democrática, alguma vez ousou dar este primeiro passo legal. O casamento civil e o divórcio foram estabelecidos a pedido de qualquer um dos cônjuges. Na Rússia pré-revolucionária, devido ao peso da Igreja Ortodoxa, o divórcio era quase impossível de conseguir. A divisão entre os chamados filhos e filhas legítimos e ilegítimos também foi encerrada e as pensões foram generalizadas para viúvas, meninas e meninos. Realizou-se a separação da Igreja do Estado e, junto com isso, a separação da Igreja da educação.

Movimentos Sociais. Vol. 07 num. 10, 2022.

[37]

A licença-maternidade foi concedida por muito mais tempo do que em qualquer outro país do mundo: oito semanas antes e oito semanas depois do parto, além de garantir a arrecadação integral dos salários das mulheres durante as mesmas. Também foi votada a proibição de qualquer tipo de criminalização das mulheres que se encontravam em situação de prostituição, algo muito difundido naquela época de fome e miséria; além disso, o Primeiro Congresso Pan-Russo de Trabalhadoras e Camponesas, realizado em 1918, declarou que “a cidadã da Rússia Soviética nunca deveria ser objeto de compra e venda”³⁰. Finalmente, em 1920, foi promulgado um decreto que, pela primeira vez na história de qualquer país do mundo, legalizou a prática do aborto. Outro facto sem precedentes para a época foi que, em 1923, a República Soviética Russa adoptou um estatuto pioneiro contra o assédio sexual das mulheres.

³⁰ KOLLONTAI, Alexandra. “La prostitución y cómo combatirla”, discurso na terceira conferência de líderes dos Departamentos Regionais de Mulheres de toda a Rússia em 1921.

Para os bolcheviques, o segundo passo para a emancipação das mulheres teve a ver com transformações materiais concretas, ou seja, com a superação do modo de produção capitalista, mas também com o modo feudal, que ainda governava grande parte das áreas rurais. A mais importante destas medidas foi, sem dúvida, a abolição da propriedade privada da terra e das fábricas. Pois só assim se abriu o caminho para a emancipação completa e efetiva das mulheres - isto é, para a sua libertação da “escravidão doméstica”. Mas entre a devastação causada pela Primeira Guerra Mundial, a guerra civil após a Revolução, o boicote de todos os países capitalistas e uma grave seca em 1921, os limites de todas as medidas que foram concebidas e legisladas nos primeiros meses da Revolução foram muito concretos. Finalmente, com o estabelecimento do estalinismo e a consolidação da burocracia no poder soviético, a partir de meados da década de 20, grande parte da legislação revolucionária dos primeiros anos começou a ser revertida.

Movimentos Sociais. Vol. 07 num. 10, 2022.

[39]

Mas mesmo que as mudanças nas condições de vida tivessem sido mais bem sucedidas, as mudanças culturais não teriam sido imediatas. Trotsky viu este problema claramente: “Consideramos os homens como a natureza os criou e como a sociedade antiga os educou em parte e em parte os estragou”³¹. Não há outra opção se você quiser mudar o mundo. Temos o material humano que temos e, muitas vezes, esse material humano pode ser racista, nacionalista, xenófobo, homofóbico, “consumidor” de prostituição, mas também pode ser material humano em situação de prostituição, quem vê essa atividade como uma saída para o indivíduo, sem levar em conta as consequências mais gerais que isso pode ter³². O que

³¹ TROTSKY, León, op. cit.

³² Entre os vários fatores que provocam a prostituição, Alexandra Kollontai, no referido texto, enumera não só os baixos salários, as desigualdades sociais e a dependência econômica das mulheres em relação aos homens, mas também “o mau hábito pelo qual “as mulheres esperam ser apoiadas em troca de favores sexuais por seu trabalho”. Neste ponto, a reeducação em relação à prostituição não é algo que deva ser dirigido apenas aos homens, mas a toda a classe operária.

podemos fazer sobre isso? Podemos lutar dentro das fileiras da classe operária para superar todas estas divisões que o capital nos impõe para nos oprimir mais facilmente, para impedir a nossa organização contra este regime social.

O Trabalho (Alienado) no Capitalismo

Como dissemos acima, tanto dentro como fora do movimento de mulheres existem setores que propõem que a prostituição seja considerada um trabalho como qualquer outro. Portanto, é importante que façamos uma análise inicial desta questão. Nos *Manuscritos Econômicos e Filosóficos*, Marx explica as características do trabalho sob o capitalismo, que é sempre um trabalho alienado para a classe operária: “O que é, então, a alienação do trabalho? Primeiramente, o trabalho é externo ao trabalhador, ou seja, não pertence ao seu ser; nisso, no seu trabalho, o trabalhador não se afirma, mas nega-se; ele não se sente feliz, mas infeliz; não desenvolve livremente suas energias

Movimentos Sociais. Vol. 07 num. 10, 2022.

[41]

físicas e mentais, mas mortifica o corpo e arruína a mente. É por isso que o trabalhador só se sente em si mesmo fora do trabalho e no trabalho fora de si. Ele está fazendo suas coisas quando não está trabalhando e quando está trabalhando, não está fazendo suas coisas. O seu trabalho não é, portanto, voluntário, mas sim forçado, é trabalho forçado. Portanto, não é a satisfação de uma necessidade, mas apenas um meio de satisfazer necessidades fora do trabalho. O seu carácter alienado é claramente evidente no facto de que, desde que não haja coação física ou de qualquer outro tipo, o trabalho é evitado como uma peste (...) Daí resulta que o homem (o trabalhador) só se sente livre nas suas funções animais, em comer, beber, gerar e tudo o que diz respeito à habitação e ao vestuário, e por outro lado, nas suas funções humanas ele se sente como um animal. O animal se torna o humano e o humano se torna o animal. Comer, beber e gerar, etc., também são funções humanas autênticas. Mas na abstracção que os separa do

Movimentos Sociais. Vol. 07 num. 10, 2022.

[42]

âmbito restante da atividade humana e os torna únicos e últimos, eles são animais”³³.

A primeira coisa que queremos destacar desta citação é que claramente não há nada mais longe do marxismo do que uma exaltação do trabalho neste sistema social, portanto, os argumentos que sustentam que “todo trabalho é explorado” ou “também é prejudicial ao corpo ser mineiro ou trabalhar 12 horas numa linha de produção” são argumentos para outro debate ou um debate com aqueles que defendem a forma que o trabalho humano assume no capitalismo. Pelo contrário, desde o socialismo desenvolveram-se as críticas mais contundentes ao trabalho alienado e tem havido uma luta consistente para lhe pôr fim. Aqueles que, para defender a prostituição, argumentam que “todo o trabalho é explorado” não são aqueles que enfrentam esta exploração, mas, pelo contrário, aqueles que apoiam o regime.

³³ MARX, Karl. *Manuscritos económicos y filosóficos*. <https://www.marxists.org/espanol/m-e/1840s/manuscritos/>

O segundo aspecto do conceito de trabalho alienado de Marx que queremos destacar tem a ver com a sua contraparte: o lazer alienado. Em seu livro *As Formas do Trabalho e da História*, Pablo Rieznik analisa esse aspecto: “Mas quem apodrece trabalhando e tem o prazer de não trabalhar é realmente livre? Não. (...) A forma social do trabalho e do não-trabalho formam uma espécie de par unívoco. É por isso que existe o lazer alienado, o consumo compulsivo, a exploração do “tempo livre”. A verdadeira conquista do lazer e da alegria é incompatível com o trabalho alienado”³⁴. E, portanto, também é incompatível com este regime social, que devemos superar não só para poder trabalhar livre e humanamente, mas também para poder recriar ou descansar da mesma forma.

Ora, nem todo trabalho alienado é igual e nem toda atividade humana em troca de renda monetária deveria ser considerada trabalho. Há muitas atividades que são

³⁴ RIEZNIK, Pablo: *Las Formas del Trabajo y la Historia*. Buenos Aires: Biblios, 2003.

realizadas por pessoas que o fazem para sobreviver, mas que são destrutivas e socialmente prejudiciais, como o tráfico de drogas, o último elo das redes de tráfico de drogas (que é também o mais exposto à repressão estatal e mais facilmente substituível).). No caso particular da prostituição estamos perante uma “atividade” no mínimo peculiar, pois o que as pessoas vendem não é a sua força de trabalho, mas o seu próprio corpo, o que as coloca no mesmo nível da escravatura. Dessa forma, é uma atividade que não pode ser alienada, pois não se trata de produzir algo ou de realizar um serviço cujo benefício seja apropriado por outra classe social. A confecção de uma camiseta ou as tarefas administrativas de uma escola são tarefas que poderiam estar livres de alienação se a produção ou a educação não tivessem como objetivo encher os bolsos da classe capitalista, mas sim para o bem comum. A prostituição, por outro lado, só pode ser alienada, pois só pode tratar-se da satisfação de um desejo alheio, desejo, aliás, também alienado. A prostituição exclui qualquer sentimento de

Movimentos Sociais. Vol. 07 num. 10, 2022.

[45]

prazer ou reciprocidade nas relações sexuais. O seu objetivo é garantir que quem “consome” a prostituição realize os seus próprios desejos sexuais (também alienados), pelo que a pessoa prostituída não deve colocar o seu desejo ou prazer pessoal em primeiro lugar, nem decidir que tipo de atividade sexual realizará ou não.

Finalmente, é importante que tenhamos claro que a exploração sexual não afeta apenas as pessoas diretamente envolvidas nela, mas que, através da mercantilização dos corpos, a prostituição constitui um dos mais fortes elementos de opressão de todas as mulheres. Mas também funciona como um forte mecanismo de divisão da classe operária, razão pela qual as organizações operárias não devem ignorar o problema e devem explicar as dimensões da ligação que se gera com a prostituição. Esta questão foi assinalada há mais de um século nas fileiras do socialismo por Alexandra Kollontai, em referência à situação na União Soviética. Ela sustentou que “a prostituição continua a existir e ameaça o sentimento de solidariedade e

Movimentos Sociais. Vol. 07 num. 10, 2022.

[46]

camaradagem entre os operários e as operárias, os membros da república dos trabalhadores. E este sentimento é o fundamento, a base da sociedade comunista que estamos a construir e a tornar realidade”³⁵. Quando, muito mais tarde, Trotsky, em *A revolução traída* (1936), afirmou que “é imperdoável falar do triunfo do socialismo enquanto a prostituição persistir”, ele não estava apenas desenvolvendo uma crítica ao stalinismo, mas também caracterizando a prostituição como uma das formas mais brutais de exploração, algo que, claro, estará sempre nos antípodas das ideias socialistas.

As nossas tarefas como revolucionárias e revolucionários são enormes e abrangem muitos aspectos da vida. E estas tarefas, além disso, são muitas vezes muito difíceis, porque nos confrontam com as mais profundas misérias humanas. Misérias que séculos e milénios de exploração de classe despejaram sobre as classes

³⁵ KOLLONTAI, Alexandra, *op. cit.*

exploradas. Mas assim como as nossas tarefas são enormes e difíceis, também são nobres, porque lutamos para libertar a humanidade de todas as formas de exploração.

Resumo: A prostituição é um negócio capitalista e somente assim pode ser efetivamente compreendido. O caráter lucrativo desse negócio revela suas bases sociais, os interesses capitalistas por detrás da chamada “indústria do sexo” e a ação estatal em relação a esse grave problema social. A prostituição possui múltiplas determinações e sua permanência na sociedade moderna revela um dos aspectos degradantes das relações sociais produzidas pelo capitalismo.

Palavras-Chaves: Prostituição; Capitalismo; Estado; Mulheres, Lucro.

Abstract: Prostitution is a capitalist business and only in this way can it be effectively understood. The profitable nature of this business reveals its social bases, the capitalist interests behind the so-called “sex industry” and state action in relation to this serious social problem. Prostitution has multiple determinations and its permanence in modern society reveals one of the degrading aspects of social relations produced by capitalism.

Keywords: Prostitution; Capitalism; State; Women, Profit.

Movimentos Sociais. Vol. 07 num. 10, 2022.

[49]